

1 **MINUTA DA ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2022 DO COMITÊ**  
2 **DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU**  
3 **E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2022 POR**  
4 **VIDEOCONFERÊNCIA.**

5 Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às oito horas, deu-se  
6 início a 3ª Reunião Extraordinária do ano de 2022 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos  
7 Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada de  
8 forma não presencial, pela plataforma Teams, com os seguintes itens de pauta: **Item I -**  
9 **Primeira chamada de quórum; Item II - Segunda chamada de quórum; Item III - Abertura**  
10 **da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino Nacional, verificação de quórum**  
11 **e leitura das justificativas de ausência; Item IV - Aprovação das outorgas solicitadas**  
12 **pela ALCOA conforme parecer da CTOC:**

13 <https://drive.google.com/drive/folders/1dDspgzniKi9PSOEzshGayY2J55IMGclrf?usp=sharing>

14 <https://drive.google.com/drive/folders/1U5hSoVvaccp2-DqwAQcZhzCzDa0zk70mB?usp=sharing>;

15 **Item V - Aprovação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos conforme parecer da**  
16 **CTOC; Item VI – Assuntos Gerais e Item VII – Encerramento. Membros presentes: Na**

17 **reunião estiveram presentes 32 (trinta e dois) membros, representando 29 (vinte e nove)**

18 **Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: o Presidente Rogério Araújo**

19 **Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE),**

20 **a secretária Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os**

21 **seguintes Conselheiros: Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de**

22 **Minas Gerais - CBMMG), Alexandre César Nunes Teixeira (Polícia Militar do Estado**

23 **de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de**

24 **Gestão das Águas - IGAM), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de Estado de**

25 **Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José Paese (Polícia Civil**

26 **de Minas Gerais), Ronaldo Carvalho de Figueiredo (Instituto Estadual de Florestas**

27 **- IEF), Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e**

28 **Desenvolvimento Sustentável - SEMAD), Luiz Carlos Ribeiro Esteves (Secretaria**

29 **de Estado da Saúde - SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; José**

30 **Acácio de Vilas Boas (Prefeitura Municipal de Ipuiúna), Samira Fróes de Paula**

31 **(Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Giovanna Ferreira Nascimento**

32 **(Prefeitura Municipal de Caldas), Joelmar Lucas Andrade (Prefeitura Municipal de**

33 **Poços de Caldas), Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de**

34 **Andradas), Paulo Roberto Pinheiro (Prefeitura Municipal de Guaxupé), Camilla**

35 **Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), representantes do PODER**

36 **PÚBLICO MUNICIPAL; Egonn Hendrigo Carvalho Silva (Companhia de**

37 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio**

38 **S.A.), Donizeti Alves de Lima (Alcoa Alumínio S.A.), Ivo Aparecido Paparotte**

39 **(Indústria e Cerâmica Andradense S.A. - ICASA), Cláudia de Souza (DME**

40 **Energética S.A.), Deivid Lucas de Oliveira (Federação das Indústrias do Estado de**

41 **Minas Gerais - FIEMG), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do**

42 **Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luís Cláudio Marques (Departamento Municipal**

43 **de Água e Esgoto de Poços de Caldas - DMAE Poços de Caldas), Luiz Renato Musa**

44 **Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas –**

45 **ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; Antônio Carlos Sales (Associação dos**

46 **Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da**

47 **Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Josina Aparecida de**

48 **Carvalho (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande –**

49 **ARPA Rio Grande), Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário),**  
50 **Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**  
51 **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ângela Maria**  
52 **Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de**  
53 **Minas Gerais - CREA MG) e, representantes da SOCIEDADE CIVIL. Também**  
54 **estiveram presentes os seguintes convidados: Vinicius Souza Pinto (SUPRAM SM),**  
55 **Wagner Antunes de Oliveira (GECON/IGAM), Camila Cândido Zanon**  
56 **(GECON/IGAM), Robson Rodrigues dos Santos (GECBH/IGAM), Maria de Lourdes**  
57 **Amaral Nascimento (GECBH/IGAM), Fabiana Monteiro de Moura Fernandes**  
58 **Campos (GECBH/IGAM). Item I - Primeira chamada de quórum;** o Presidente Rogério  
59 fez a primeira chamada de quórum, registrando 16 participantes. Após 10 minutos,  
60 passou para o **Item II - Segunda chamada de quórum;** o Presidente Rogério fez a  
61 segunda chamada de quórum, registrando 26 participantes. Sendo assim, passou-se  
62 para o **Item III - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino**  
63 **Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência,**  
64 considerando a previsão do Art. 14 - A instituição membro titular e sua respectiva suplente  
65 que não comparecerem a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas,  
66 receberão comunicado da instauração de processo de desligamento, emitido pela  
67 diretoria do Comitê, podendo apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias,  
68 contados a partir do recebimento do comunicado. Neste caso as ausências deveriam ser  
69 supridas pelos suplentes, portanto sem efeito as justificativas.  
70 A reunião foi aberta pelo presidente Rogério, que agradeceu a presença de todos e  
71 desejou uma boa reunião. Solicitou a execução do Hino Nacional e leitura das  
72 justificativas de ausência; **Item IV - Aprovação das outorgas solicitadas pela ALCOA**  
73 **conforme parecer da CTOC;** O presidente Rogério iniciou a pauta com a apresentação  
74 dos pedidos de outorga da empresa ALCOA, que já haviam sido analisados pela CTOC.  
75 Foi passada a palavra para o representante da ALCOA, o conselheiro Donizeti Lima, que  
76 apresentou as intervenções realizadas, assim como a justificativa da necessidade da  
77 obra e sua execução de forma emergencial. O responsável técnico da SUPRAM SM,  
78 Vinicius, tomou a palavra e apresentou o parecer emitido pelo Estado favorável às duas  
79 outorgas. O conselheiro Paulo Pinheiro, coordenador da CTOC, usou a palavra e  
80 apresentou o parecer da CTOC que também foi favorável à intervenção. A conselheira  
81 Ângela pediu a palavra e questionou o técnico Vinicius, enquanto técnico do estado, se  
82 ele é vinculado à URGA ou se a outorga teria voltado para a SUPRAM e o técnico Vinicius  
83 explicou que o processo foi vinculado a um processo de licenciamento e, por isso, foi  
84 analisado pela SUPRAM e não pela URGA. A conselheira Ângela ainda perguntou qual  
85 é a deliberação que determina essa vinculação e análise pela SUPRAM nesses casos e  
86 o técnico Vinicius informou não ter o número no momento, mas se disponibilizou a  
87 verificar tal informação e repassar ao comitê. Neste caso a Deliberação deve ser citada  
88 na ata, considerando a necessidade de fundamentar tal rotina. O conselheiro Pedro  
89 questionou se houve alguma compensação ambiental pela canalização e desvio ou se  
90 foi considerado que não era necessária. E o técnico Vinicius informou que não tem  
91 nenhuma informação de compensação por canalização e desvio e que compensação e  
92 seria apenas por intervenção em APP. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e informou  
93 a conselheira Ângela que, quando os processos voltaram para o IGAM, isso foi feito  
94 parcialmente e que desde a alteração da legislação o IGAM só analisa processos que  
95 não se vinculam a licenciamento ambiental. A conselheira Ângela então questionou se o

96 IGAM não analisou porque teria que passar pelo comitê, que é vinculado ao IGAM, e o  
97 conselheiro Eduardo informou que isso foi colocado em normativa. O conselheiro  
98 Donizeti tomou a palavra e informou que, em auditoria independente, a barragem  
99 apresentou estabilidade. O conselheiro Edilberto questionou se a mancha foi alterada  
100 em face das alterações e o representante da ALCOA informou que não teve alteração  
101 na mancha. O conselheiro Edilberto informou que tinha um comentário no chat do  
102 YouTube, onde o internauta André Bettoni informou é vinculada quando o  
103 empreendimento ou atividade forem sujeitos a Licenciamento Ambiental Concomitante –  
104 LAC ou Licenciamento Ambiental Trifásico – LAT, informação esta reforçada pelo técnico  
105 da SUPRAM presente em reunião. Vinicius informou que houve intervenção em 1,94 ha  
106 e compensação foi de 2,86 ha. Foi iniciada a votação das duas outorgas, onde o  
107 presidente Rogério solicitou que cada integrante desse seu voto para as duas outorgas  
108 de uma única vez. As outorgas foram aprovadas pela maioria, com apenas uma  
109 abstenção por parte da COPASA que justificou a abstenção por estar fora da área de  
110 concessão da companhia. Passou-se portanto para o **Item V - Aprovação da cobrança**  
111 **pelo uso dos recursos hídricos conforme parecer da CTOC**; O presidente Rogério  
112 iniciou a pauta com a apresentação do parecer da CTOC. O conselheiro Paulo Pinheiro,  
113 coordenador da CTOC, falou sobre as três propostas enviadas para a Plenária analisar  
114 e decidir (FIEMG, COPASA e Sociedade Civil) e explicou que as propostas da FIEMG e  
115 da COPASA foram favoráveis à DN68 enquanto que a proposta da Sociedade Civil  
116 apresentou um adendo para rebaixamento de lençol freático, que é uma das  
117 especificidades da bacia do GD6, alterando-se alguns valores na tabela de preços. E por  
118 este motivo, esta proposta foi a mais votada na CTOC. A conselheira Camilla pediu a  
119 palavra e questionou como seria feita a cobrança no município de Muzambinho, sendo  
120 que o mesmo pertence à duas bacias diferentes e o convidado Wagner do IGAM  
121 informou que a cobrança segue a bacia através do ponto de captação e/ou lançamento.  
122 O Presidente Rogério questionou se o parecer da CTOC não deveria ter trazido apenas  
123 a proposta escolhida já para votação, mas o conselheiro Deivid não concordou, disse  
124 que a CTOC é consultiva e enviou as três propostas para a plenária analisar e decidir  
125 qual escolheria através da votação. A conselheira Maria Teresa pediu a palavra e  
126 informou que a única proposta diferente foi a da Sociedade Civil, e que, para não atrasar  
127 mais o processo, poderia sim ser feita a votação. A conselheira Irinéia lembrou que a  
128 CTOC aprovou a minuta feita pela Sociedade Civil com as alterações nos valores  
129 conforme as especificidades da bacia. O convidado Wagner disse ter feito uma  
130 estimativa sobre os valores enviados pela Sociedade Civil e que poderia apresentar para  
131 a plenária, porém ele esclareceu que, se a plenária optar pela proposta da Sociedade  
132 Civil, com esta diferenciação nos valores, terá que passar pela análise do CERH e que  
133 provavelmente, será negado, prevalecendo os valores da DN 68 e que este processo  
134 poderia atrasar ainda mais o início da arrecadação da cobrança para o Comitê. O  
135 coordenador da CTOC, Paulo Pinheiro, perguntou se seria a menos ou a mais as  
136 diferenças apontadas nesta estimativa e o convidado Wagner respondeu que existe as  
137 duas posições. A conselheira Ângela pediu a palavra e disse que essa apresentação  
138 deveria ser realizada na CTOC e não na plenária, pois é a CTOC que deve ser  
139 responsável pelo tema. O presidente Rogério se posicionou a favor da CTOC receber  
140 essa apresentação e fazer um novo encaminhamento para a plenária. O conselheiro  
141 Eduardo pediu a palavra e recordou que o IGAM deve apresentar as restrições existentes  
142 e informou que não vê diferença entre a apresentação ser para a plenária ou para a  
143 Câmara Técnica. Ele ainda reiterou que a Câmara é consultiva e não deliberativa e, deve

144 apenas, indicar sua posição, sendo a deliberação realizada em plenária. Ainda informou  
145 que tudo que for apresentado deve estar pautado. O conselheiro Antônio Carlos pediu a  
146 palavra e opinou que a proposta deve ser votada hoje e que o parecer do IGAM deve ser  
147 feito quando o comitê enviar a aprovação ao IGAM. A conselheira Maria Teresa reiterou  
148 a fala dele solicitando a votação nesta reunião, indicando que as alterações entre a  
149 proposta e a DN são as especificidades locais. O convidado Wagner informou que  
150 apenas faz a análise se o aprovado pelo comitê está ou não cumprindo o mínimo exigido  
151 pela legislação e que, no caso de não atendimento, o processo será devolvido ao comitê  
152 para adequação. O presidente Rogério pediu as correções feitas pelo IGAM. O  
153 conselheiro Edilberto pediu a palavra e lembrou que em 26/04/2022 a CTOC pediu  
154 contribuições a todos os conselheiros, sendo que apenas a FIEMG, a COPASA e a  
155 Sociedade Civil enviaram suas propostas e que, neste momento, ele entenderia que já  
156 deve ir para votação da proposta e encaminhado via CTOC e que não mais deve ser  
157 adiado esse pleito. Diante do impasse, o convidado Robson do IGAM esclareceu que foi  
158 solicitado ao IGAM o apoio no tema durante a reunião e reiterou a fala do conselheiro  
159 Eduardo de que a Câmara Técnica é consultiva e a Plenária é deliberativa e que, no caso  
160 das divergências, a proposta feita pela Sociedade Civil pode ser enviada ao IGAM para  
161 análise, se colocando à disposição. O presidente Rogério informou que não foi informado  
162 sobre a análise técnica do IGAM nesta reunião e que gostaria de ter recebido essa  
163 informação, porém a auxiliar administrativo disse ter feito o convite à todos os convidados  
164 do IGAM (GECON e GECBH) para prestarem apoio e esclarecimentos sobre os temas  
165 pautados, conforme feito em todas as reuniões. A conselheira Maria Teresa suscitou  
166 uma questão de ordem pediu a palavra pela ordem e se posicionou a favor da votação  
167 nessa reunião, novamente. O conselheiro Paulo Pinheiro, coordenador da CTOC,  
168 também suscitou questão de ordem pediu a palavra pela ordem e disse que não há  
169 inconsistência no parecer da CTOC e que há três propostas, porém duas são iguais. O  
170 conselheiro Deivid tomou a palavra e disse estar preocupado pelas discussões e que  
171 entende que o IGAM está participando como suporte nesta reunião. E esclareceu que,  
172 em sua análise, na proposta da Sociedade Civil existem pontos que a FIEMG não  
173 concorda, como a inclusão de números de funcionários, pois na outorga não teria acesso  
174 à essa informação. Ainda sugeriu que deveriam ser votadas as três propostas pois as  
175 três foram encaminhadas para votação, sendo definidas como: Proposta 1 – de acordo  
176 com DN 68 (contribuições da COPASA e FIEMG) e Proposta 2 – Sociedade Civil. O  
177 conselheiro Eduardo pediu a palavra antes da votação e colocou que, após aprovação,  
178 o IGAM fará um parecer e encaminhará ao CERH para análise final e que, o mesmo  
179 verificará as alterações e no caso de não conseguir aplicar algum item, a proposta voltará  
180 para o Comitê. O conselheiro Juvenal tomou a palavra e informou que a CTOC não foi  
181 informada que teria itens que não poderia alterar e que deveria colocar as duas propostas  
182 em votação ainda nessa reunião. Sendo assim, todos concordaram e foi iniciada a  
183 votação. O resultado foram 11 votos favoráveis à Proposta 1, 9 votos favoráveis à  
184 Proposta 2 e 1 voto contra as 2 propostas (Prefeitura de Andradas) Neste caso sem  
185 justificativa, contrariamente a NOTA JURÍDICA ASJUR.SEMAD Nº 91/2019. A  
186 ASSEMAE se absteve na votação e justificou que não concorda com pontos da  
187 cobrança, uma vez que, o seu ver, o setor de saneamento será o mais prejudicado pelo  
188 montante que será cobrado, tendo que repassar os valores à sociedade. Ainda pontuou  
189 que o direito ao saneamento é constitucional e não concordou com o Relatório do Plano  
190 de Trabalho apresentado e que o mesmo preceito usado para a agricultura deveria ser  
191 usado aos prestadores de serviço de abastecimento. Ao final da votação, o conselheiro

192 Eduardo pediu a palavra e lamentou o fato da conselheira Ângela não ter podido  
193 apresentar a proposta da Sociedade Civil nesta reunião, pois haviam pontos relevantes  
194 na mesma, e parabenizou o Comitê e a conselheira pela luta e serviços prestados à  
195 sociedade. O conselheiro José Edilberto pediu a palavra e disse que estava na  
196 esperança do GD6 se posicionar diferente dos demais comitês, pelo diferencial do  
197 Comitê GD6, e que se preocupa com o uso da água de rebaixamento de lençol freático  
198 como ocorre na região, especialmente em Poços de Caldas e colocou que em uma  
199 possível revisão, isto deveria sim ser considerado ~~revisão~~. Ainda, citou a falta que a  
200 conselheira Ângela fará falta no Comitê e a importância de suas considerações diante  
201 de sua manifestação que esta seria sua última participação no CBH. A conselheira  
202 Irinéia pediu a palavra e disse que fica preocupada com o futuro de Poços devido às  
203 peculiaridades locais. O conselheiro Antônio Carlos pediu a palavra e informou que irá  
204 sair do Comitê e da coordenação da CTPD, uma vez que lamenta a forma como foi  
205 conduzida a problemática. Nada mais havendo a tratar, a 3ª Reunião Extraordinária do  
206 ano de 2022 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 10h51min

MEMÓRIA